

CIDADÃOS EUROPEUS E PROPRIEDADE INTELECTUAL: PERCEÇÃO, TOMADA DE CONSCIÊNCIA E COMPORTAMENTO

RESUMO



CIDADÃOS EUROPEUS E
PROPRIEDADE INTELECTUAL:
PERCEÇÃO, TOMADA DE CONSCIÊNCIA
E COMPORTAMENTO

RESUMO

TRABALHO DE CAMPO: de 21 a 28 de outubro de 2016

PUBLICAÇÃO: 23 de março de 2017

Este estudo foi encomendado à Deloitte pelo Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia.

Índice

RESUMO.....	4
A tomada de consciência e as atitudes dos cidadãos europeus em relação à pi	5
Contrafação	8
Conteúdos digitais	13

RESUMO

European Citizens and Intellectual Property: Perception, Awareness, and Behaviour

Em 2013, o Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia encomendou o estudo *Cidadãos Europeus e Propriedade Intelectual: Percepção, Tomada de consciência e Comportamento*, para analisar as atitudes dos cidadãos europeus em relação à PI, o grau a que os cidadãos europeus respeitam estes direitos e o conceito como um todo. Este estudo, realizado em 2016, apresenta uma análise atualizada e faz uma comparação com os resultados do estudo de 2013, com base num novo levantamento quantitativo e numa revisão da literatura. Abrange a população das respetivas nacionalidades dos Estados-Membros da UE e os residentes de cada um dos 28 Estados-Membros de idade igual ou superior a 15 anos. No total, foram realizadas 26 555 entrevistas.

Oitenta por cento do questionário era semelhante ao estudo de 2013, a fim de permitir comparações com os resultados de 2013 e, deste modo, identificar tendências. Foram incluídas novas perguntas com vista a uma análise mais aprofundada das perspetivas reveladas pela pesquisa de 2013 e ao acompanhamento da sua evolução.

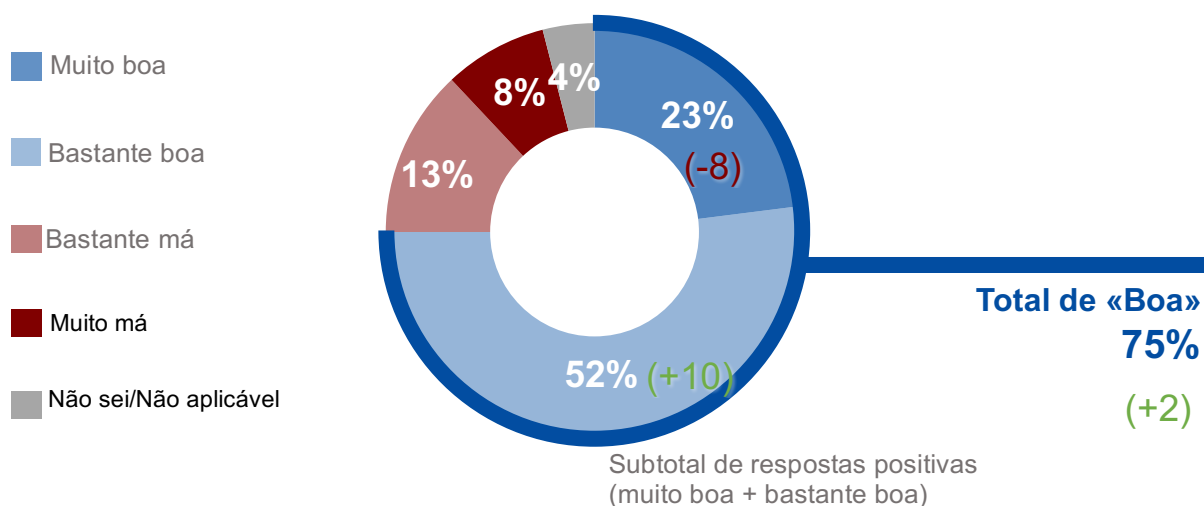
A TOMADA DE CONSCIÊNCIA E AS ATITUDES DOS CIDADÃOS EUROPEUS EM RELAÇÃO À PI

Cidadãos Europeus e Propriedade Intelectual: Perceção, Tomada de consciência e Comportamento

A COMPREENSÃO SUBJETIVA GERAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL AUMENTA; NO ENTANTO, DIMINUI ENTRE AS GERAÇÕES MAIS NOVAS

A compreensão subjetiva global da PI aumentou em comparação com 2013; no entanto, este aumento geral esconde algumas discrepâncias. Enquanto a percentagem de cidadãos europeus inquiridos que dizem ter uma compreensão «bastante boa» da PI aumentou 10 pontos, parece ter havido uma redução no nível de compreensão, pois a proporção de inquiridos com uma compreensão «muito boa» diminuiu.

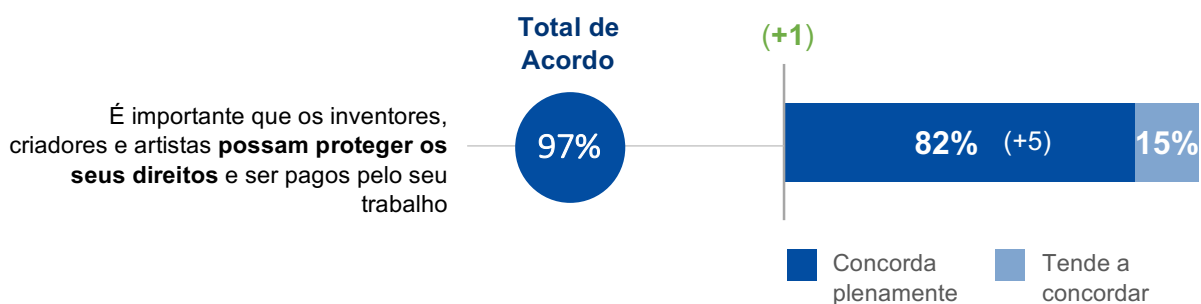
Nota: (+ xx) (- xx) (=) mostra como os resultados evoluíram desde 2013.



Convém realçar que o total da compreensão «boa» aumentou desde 2013 entre os participantes de 25 a 54 anos (+ 5 pontos) e permanece estável entre os inquiridos com 55 anos ou mais. No entanto, entre os mais jovens, o quadro é diferente. Assim como em 2013, a geração mais jovem revela o nível mais baixo de compreensão «boa» em comparação com outras faixas etárias, e este nível de compreensão está a diminuir: 64 % dos cidadãos europeus entrevistados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos referem uma boa compreensão geral da PI, em comparação com 68 % em 2013.


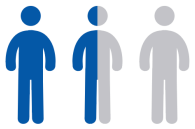
O RECONHECIMENTO DO PAPEL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS INVENTORES, CRIADORES E ARTISTAS ESTÁ A AUMENTAR

A importância da proteção da PI é cada vez mais reconhecida, pois quase todos os entrevistados consideraram que é importante que os inventores, criadores e artistas possam proteger os seus direitos e ser pagos pelo seu trabalho. Esta convicção revela apego aos princípios e reconhecimento dos benefícios da proteção dos direitos de propriedade intelectual.



A GRANDE MAIORIA DOS EUROPEUS RECONHECE A PROPRIEDADE INTELECTUAL COMO UM PILAR PARA A ESTABILIDADE ECONÓMICA, EMBORA COM ALGUMAS LIMITAÇÕES

A percentagem dos inquiridos que equipararam a proteção da PI à preservação da estabilidade económica permanece estável, em 67 %. Além disso, dois terços dos entrevistados reconhecem o papel das empresas com utilização intensiva de PI na criação de empregos, embora a concordância diminua ligeiramente em relação a 2013. No entanto, metade dos cidadãos europeus inquiridos acredita que uma proteção rigorosa da PI pode limitar a inovação, e mais de metade sente que os princípios da PI não estão adaptados à Internet ¹.

<p>2/3</p> 	<p>Concordo que se deixasse de existir proteção da PI haveria um caos económico</p>	<p>Concordo que as empresas que criam muita PI contribuem significativamente mais do que as outras para a criação de emprego ou crescimento</p>
<p>1/2</p> 	<p>NOVO Concordo que a proteção rigorosa da PI pode limitar a inovação</p>	<p>NOVO Concordo que os princípios da PI não estão adaptados à Internet</p>

¹ Estes dois aspetos não foram incluídos no relatório de 2013.

Tal como em 2013, a opinião que associa a ausência de regras de PI ao caos económico é prevalecte entre os grupos etários mais jovens e mais velhos: 73 % dos entrevistados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos e 70 % dos que têm 55 anos ou mais partilham desta convicção. Curiosamente, e em consonância com 2013, os cidadãos europeus mais instruídos estão menos convencidos desse impacto (63 %), e o nível de compreensão da PI não desempenha nenhum papel nessa convicção.

A opinião de que a PI trava a inovação parece ser mais generalizada entre os cidadãos europeus mais jovens inquiridos: 6 em cada 10 entrevistados com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos concordam com esta afirmação (59 %, em comparação com a média da UE de 50 %). É também uma convicção frequente entre os compradores de produtos contrafeitos e pessoas que fazem descarregamentos ou transmissão contínua de fontes ilegais, pois 57 % deste subgrupo concorda com a referida afirmação.

A PROPRIEDADE INTELECTUAL CONTINUA A SER UM CONCEITO ABSTRATO PARA OS CIDADÃOS, COM CERCA DE METADE ACREDITANDO QUE AS «ELITES» SÃO QUEM MAIS BENEFICIA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A PI continua a ser um conceito bastante abstrato para os cidadãos, verificando-se uma tendência persistente para associar a proteção da PI às «elites», tais como as grandes empresas e os artistas famosos. Mais de 4 em cada 10 cidadãos europeus inquiridos acreditam que são estes grupos que mais beneficiam da PI. Ao mesmo tempo, os entrevistados acham que os consumidores como eles próprios beneficiam em muito menor grau. Observou-se o mesmo padrão em 2013.

Grandes empresas:	24%	(-1)
Artistas e intérpretes famosos:	20%	(+3)
Consumidores como você:	5%	(+1)
Pequenas e médias empresas:	3%	(=)
Grandes empresas + Artistas famosos	44%	

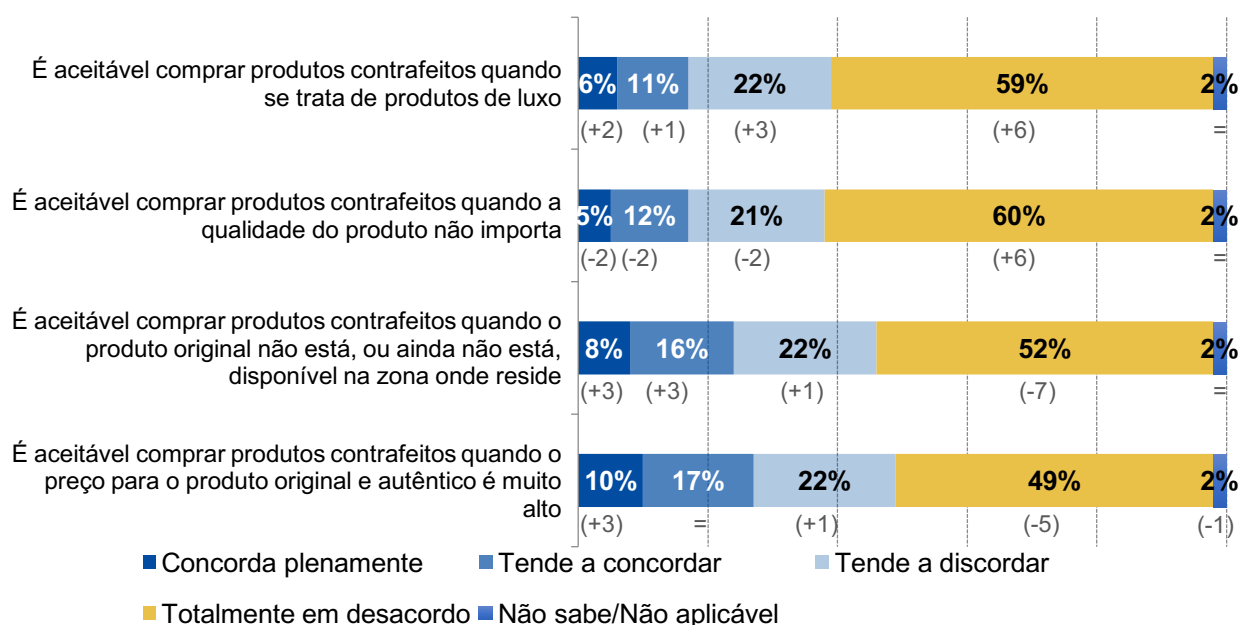
Embora globalmente os resultados sejam semelhantes entre os inquiridos de 2013 e 2016, ocorreu uma mudança a nível dos grupos etários. Em 2013, a convicção de que as grandes empresas e os artistas famosos eram os principais beneficiários da PI estava mais concentrada entre os cidadãos europeus jovens. Em 2016, no entanto, esta convicção abrange todos os grupos etários: 40 % entre 15 e 24 anos (- 7 pontos), 47 % entre 25 e 39 anos (sem alteração em relação ao estudo de 2013), 49 % entre 40 e 54 anos (+ 5 pontos) e 40 % dos inquiridos com idade igual ou superior a 55 anos (+ 4 pontos).

CONTRAFAÇÃO

Cidadãos Europeus e Propriedade Intelectual: Percepção, Tomada de consciência e Comportamento

MANTÉM-SE UMA FORTE CONDENAÇÃO DA COMPRA DE PRODUTOS CONTRAFEITOS, MAS OBSERVA-SE UMA MUDANÇA PARA UMA MAIOR ACEITAÇÃO

Os cidadãos europeus inquiridos continuam a considerar a PI como um valor fundamental, o que se reflete substancialmente na forte condenação da compra de produtos contrafeitos. Sete em cada dez cidadãos europeus entrevistados acreditam que nada pode justificar a compra de produtos contrafeitos. Esta forte condenação é ainda confirmada pela proporção de 49 % a 59 % dos cidadãos europeus que expressam a atitude mais firme de "totalmente em desacordo" em resposta a todas as declarações do inquérito apresentado a seguir.



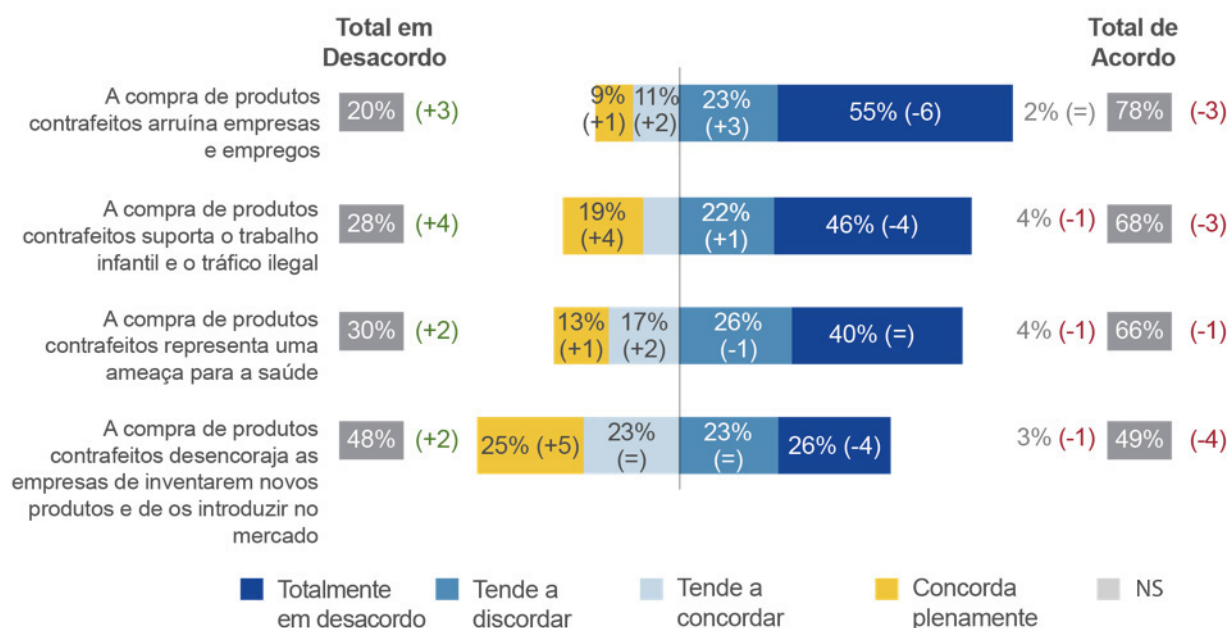
No entanto, embora a condenação da contrafação continue a ser elevada, a aceitação da prática está a aumentar, especialmente quando as razões para comprar contrafações são o preço e a disponibilidade.

A MAIORIA RECONHECE QUE OS CONTRAFEITOS PREJUDICAM A ECONOMIA, ENQUANTO O IMPACTO SOBRE A INOVAÇÃO É CONSIDERADO MENOS IMPORTANTE

Tal como em 2013, dos quatro argumentos testados (impacto negativo na economia, encorajamento do tráfico ilegal, ameaça à saúde pública e desincentivo à inovação), o fator económico continua a desencorajar a compra de produtos contrafeitos, uma vez que 78 % (-3 pontos) dos inquiridos acreditam que a compra de produtos contrafeitos arruina as empresas e empregos, e apenas 20 %

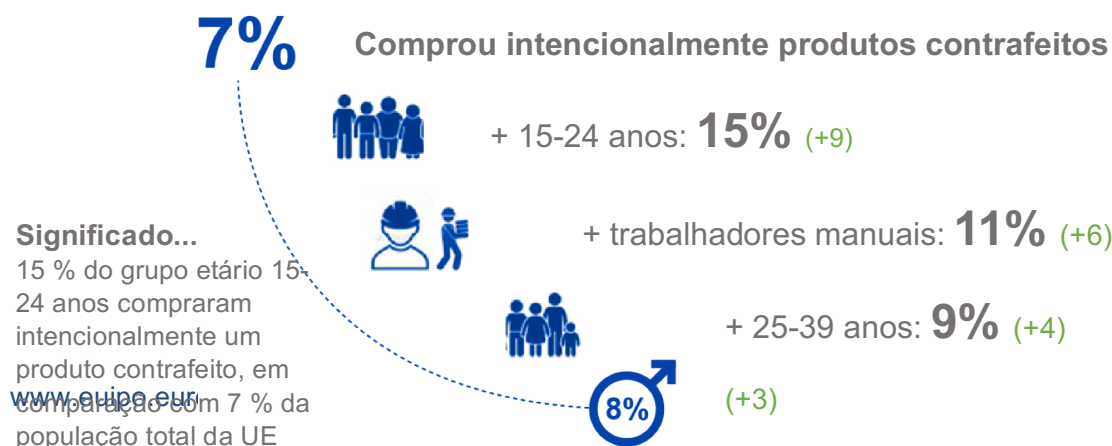
não partilham desta opinião. No entanto, a proporção de pessoas que não reconhecem os prejuízos causados pela contrafação está a aumentar.

O impacto negativo da aquisição de produtos contrafeitos na inovação é o argumento menos aceite em termos globais quando se considera os quatro argumentos testados, e é ainda menos evidente para os cidadãos europeus inquiridos em 2016 do que para os inquiridos em 2013. Quase metade dos cidadãos europeus inquiridos (48 %) não acredita que a compra de produtos contrafeitos desencoraje a inovação.



A COMPRA DECLARADA DE BENS CONTRAFEITOS CONTINUA BAIXA, MAS TEM VINDO A AUMENTAR SOBRETUDO ENTRE AS GERAÇÕES MAIS JOVENS

Globalmente, a percentagem de cidadãos europeus inquiridos que declararam comprar intencionalmente produtos contrafeitos continua baixa, mas aumentou 3 pontos desde 2013 (7 % em comparação com 4 % em 2013). Entre os que admitem ter comprado intencionalmente produtos contrafeitos, verifica-se uma sobrerrepresentação de jovens, uma vez que 15 % dos participantes com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos admitiram ter intencionalmente incorrido em tal comportamento (+ 9 pontos), em comparação com a média europeia de 7 % e com os 4 % apenas dos entrevistados com idade igual ou superior a 55 anos.



A COMPRA DE PRODUTOS CONTRAFEITOS EM CONSEQUÊNCIA DE TER SIDO INDUZIDO EM ERRO TAMBÉM CONTINUA BAIXA, MAS ESTÁ A AUMENTAR, ESPECIALMENTE, ENTRE OS TRABALHADORES MANUAIS E OS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA

Os que foram induzidos a comprar produtos contrafeitos também aumentaram 4 pontos (10 % em comparação com 6 % em 2013).

10% comprou produtos contrafeitos por ter sido induzido em erro **(-4)**

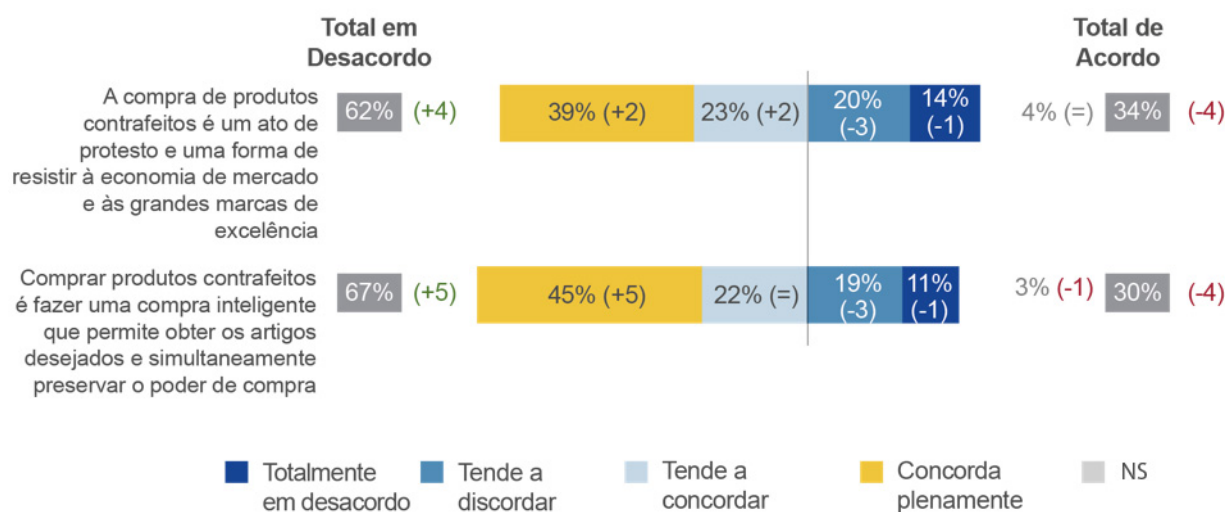
Enquanto em 2013 a geração mais nova era a mais suscetível de ter comprado produtos contrafeitos em consequência de ter sido enganada, neste estudo, os inquiridos de 25 a 39 anos incorreram neste comportamento numa proporção mais elevada. No total, 12 % dos 25 aos 39 anos dizem ter comprado produtos contrafeitos por terem sido enganados (+ 6 pontos), e 11 % dos entrevistados entre os 15 e 24 anos admitiram o mesmo comportamento (+ 4 pontos).

Enquanto mais cidadãos europeus entre os inquiridos estão a comprar produtos contrafeitos, uma proporção assinalável (35 %) também já se interrogou se era genuíno ou contrafeito um produto que tinha comprado.

OS CIDADÃOS INQUIRIDOS RACIONALIZAM CADA VEZ MENOS A COMPRA DE PRODUTOS CONTRAFEITOS COMO «UMA COMPRA INTELIGENTE» OU «UM ATO DE PROTESTO»

Enquanto o nível de reconhecimento do impacto negativo da compra de produtos contrafeitos diminui e o comportamento de compra de produtos contrafeitos aumenta, a racionalização da compra de produtos contrafeitos como forma de melhorar o poder de compra ou como um ato de protesto também diminui.

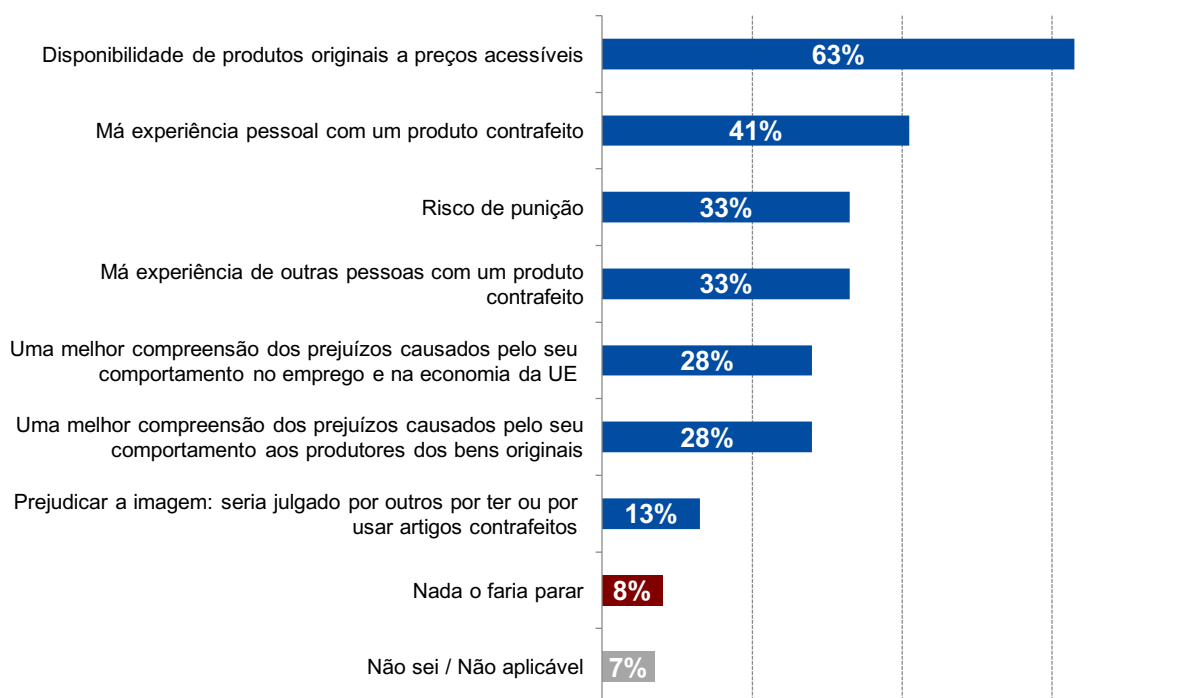
Dos cidadãos europeus inquiridos, 34 % (- 4 pontos) consideram a compra de contrafação como um ato de protesto, enquanto 62 % não partilham desta opinião. Além disso, são cada vez menos os cidadãos europeus que consideram o ato de comprar produtos contrafeitos como um recurso habilidoso, uma vez que, em comparação com 2013, diminuiu (30 %, - 4 pontos) a percentagem de cidadãos europeus entrevistados que consideram comprar produtos contrafeitos como sendo uma compra inteligente que pode preservar o poder de compra.



No que se refere a considerar as compras de bens contrafeitos como uma forma de preservar o poder de compra e como uma forma de protesto contra a economia orientada para o mercado, os jovens e os trabalhadores manuais são mais propensos a apoiar essas ideias, sendo uma tendência que se observa desde o inquérito de 2013. No entanto, embora estes grupos sejam os que mais se inclinam para justificar a compra de produtos contrafeitos como um recurso habilidoso ou como um ato de protesto, nota-se que, em relação a 2013, ambos os grupos já não concordam tanto com nenhuma das ideias

MAIOR DISPONIBILIDADE DE PRODUTOS A PREÇOS ACESSÍVEIS FARIA COM QUE OS COMPRADORES DEIXASSEM DE ADQUIRIR BENS CONTRAFEITOS

Entre os inquiridos que admitem ter comprado intencionalmente produtos contrafeitos, nem o impacto deste comportamento na economia da UE, nem o prejuízo causado aos produtores do conteúdo original parecem causar uma impressão significativa. Tal como o aumento na aceitabilidade das contrafações parece ser impulsionado pelo preço, o mesmo se observa relativamente àqueles que intencionalmente adquiriram um produto contrafeito nos últimos 12 meses. A disponibilidade de produtos a preços acessíveis é o motivo principal que levaria os compradores de produtos contrafeitos a suspender este comportamento, evitando assim uma eventual má experiência pessoal e o risco de punição.



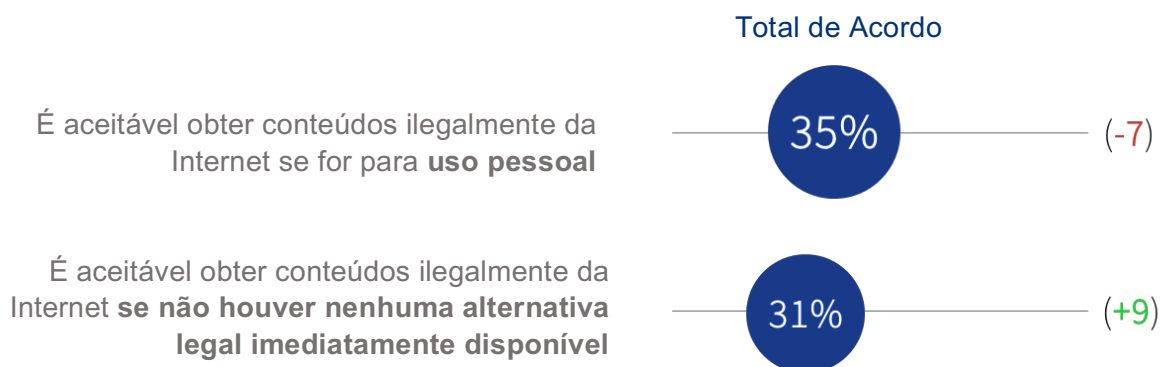
Quanto ao principal motivo que levaria os cidadãos europeus a suspender a compra de produtos contrafeitos, destacam-se os inquiridos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, uma vez que 72 % desta geração mais jovem atribui o comportamento ao preço, em comparação com os 58 % dos inquiridos de idade igual ou superior a 55 anos. Além disso, os entrevistados mais instruídos (65 %), homens (65 %) e trabalhadores manuais (67 %) também são os mais propensos a citar a disponibilidade de produtos a preços acessíveis como o principal motivo que os levaria a deixar de comprar produtos contrafeitos.

Conteúdos digitais

Cidadãos Europeus e Propriedade Intelectual: Percepção, Tomada de consciência e Comportamento

A ACEITABILIDADE GERAL DA INFRAÇÃO AOS DIREITOS DE AUTOR DIMINUIU, AINDA QUE TENHA AUMENTADO A ACEITABILIDADE DE DESCARREGAMENTOS/TRANSMISSÃO CONTÍNUA DE FONTES ILEGAIS QUANDO NÃO HÁ ALTERNATIVAS LEGAIS

Embora a aceitação geral do comportamento de violação de direitos de autor tenha diminuído, com apenas 35 % dos inquiridos convictos de que é aceitável obter conteúdo da Internet ilegalmente se for para uso pessoal (- 7 pontos), as necessidades de consumo parecem prevalecer cada vez mais sobre as preocupações legais, uma vez que 31 % (+ 9 pontos) dos cidadãos europeus entrevistados afirmam que a obtenção de conteúdo em linha via fontes ilegais é aceitável se não houver uma alternativa legal disponível.



O nível de aceitabilidade do descarregamento ilegal quando não há nenhuma alternativa legal imediatamente disponível diminui com a idade. No entanto, em comparação com 2013, observa-se uma redução na diferença entre as gerações mais jovens e as mais velhas. Em 2013, a diferença entre os cidadãos europeus mais jovens inquiridos e os mais velhos era de 31 pontos, enquanto, em 2016, esta diferença diminuiu para apenas 19 pontos. Parece que à medida que cidadãos europeus mais velhos vão acedendo a conteúdos digitais, também aumenta a sua aceitabilidade da utilização de fontes ilegais quando não há nenhuma alternativa imediatamente disponível.

AUMENTO NA PREFERÊNCIA DE FONTES LEGAIS EM RELAÇÃO ÀS ILEGAIS

Embora uma proporção cada vez maior dos cidadãos inquiridos defenda que o comportamento ilícito pode ser justificado quando não existe uma alternativa legal, uma grande e crescente maioria escolheria a oferta legal em relação a fontes ilegais. Existe uma clara preferência pela utilização de meios legais para aceder a conteúdos em linha através de uma opção a preço acessível, uma vez que 83 % dos cidadãos europeus inquiridos dizem preferir obter conteúdos digitais através de serviços legais/autorizados e não utilizar meios ilegais.

Sempre que há uma opção legal a preço acessível, **prefiro aceder/descarregar/transmitir em contínuo conteúdos através de plataformas autorizadas** e não aceder/descarregar/transmitir em contínuo de forma ilegal

Total de Acordo


 83%

(+3)

Apenas 8 % declarou que não enveredaria necessariamente pela opção legal, mesmo que fosse uma opção disponível e a preço acessível. Esta proporção é muito maior entre os autores de infrações de direitos de autor, com 15 % dos compradores de produtos contrafeitos e 20 % dos que recorrem ilegalmente a descarregamentos ou transmissão contínua expressando essa opinião, sendo esta também partilhada entre os inquiridos europeus mais jovens. Entre os 15 a 24 anos de idade, 13 % ainda utilizaria a opção ilegal. No entanto, esta proporção caiu 4 pontos em relação a 2013, e, globalmente, diminuiu 2 pontos. Este decréscimo é coerente com o aumento da utilização de serviços legais pelos cidadãos europeus mais jovens.

AUMENTO NA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS LEGAIS

A preferência pela obtenção de conteúdos através de meios legais é demonstrada pelo número crescente de cidadãos europeus inquiridos que dizem utilizar ofertas legais. No total, 27 % (+ 7 pontos) dos cidadãos europeus inquiridos pagaram para aceder a conteúdos digitais.

Quanto aos entrevistados que dizem ter pago para aceder a conteúdos em linha, os jovens, a população urbana e os homens parecem liderar essa evolução. 41 % daqueles com 15 a 24 anos (+ 8 pontos), 41 % dos entrevistados de 25 a 39 anos (+12 pontos), 30 % dos inquiridos residentes em grandes cidades (+ 7 pontos) e 32 % dos homens (+ 8 pontos) pagaram para usar um serviço legal a fim de aceder a conteúdos digitais.

27%

Pagou pelo acesso, descarregamento ou transmissão contínua de conteúdo protegido por direitos autorais de um **serviço legal** da Internet (música, vídeo, filme ou séries de TV)



+ 15-24 anos: **41%** (+8)



+ 25-39 anos: **41%** (+8)



(+8)



+ residentes em grandes cidades: **30%** (+7)



+ mais instruídos (conclusão da educação depois dos 20 anos): **32%** (+8)

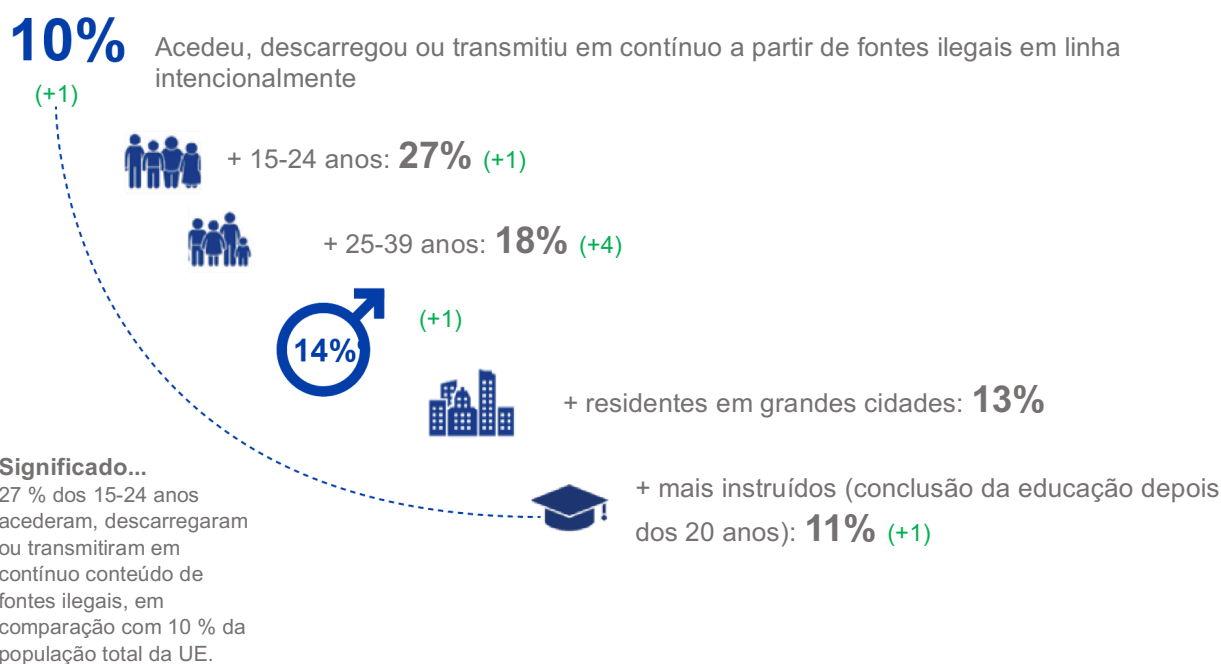
Significado...

41 % dos 15-24 anos pagaram para aceder, descarregar ou transmitir em contínuo conteúdo protegido por direitos autorais de um serviço legal, em comparação com 27 % da população total da UE.

Além disso, os entrevistados mais instruídos também têm impacto na evolução desde 2013, uma vez que 32 % destes inquiridos (+ 8 pontos) pagaram para aceder ao conteúdo através de um serviço legal em linha.

O AUMENTO NA PREFERÊNCIA E UTILIZAÇÃO DE FONTES LEGAIS AINDA NÃO CONDUZIU A UM DECRÉSCIMO NA UTILIZAÇÃO DE FONTES ILEGAIS

Uma minoria dos cidadãos europeus inquiridos, 10 % (+ 1 ponto), dizem ter recorrido intencionalmente a fontes ilegais em linha. Enquanto as gerações mais jovens são as que mais provavelmente pagam pelo acesso a conteúdos, são também estas as mais propensas a acederem intencionalmente a conteúdos através de fontes ilegais, com o aumento mais significativo entre os entrevistados de 25 e 39 anos: 27 % dos participantes com idade entre 15 e 24 anos (+ 1 ponto) e 18 % entre os 25 e 39 anos (+ 4 pontos).



A NECESSIDADE DE CONSUMO PARECE PREVALECER SOBRE CONSIDERAÇÕES LEGAIS

Aproximadamente um terço (32 %) dos cidadãos europeus inquiridos acedeu a conteúdo protegido por direitos de autor em linha, legal ou ilegalmente, com 22 % usando apenas serviços legais, 5 % usando apenas fontes ilegais e 5 % usando uma combinação de fontes legais e ilegais pagas. Esta situação sugere que os entrevistados estão dispostos a alternar entre fontes legais e ilegais, a fim de obter acesso a conteúdos.



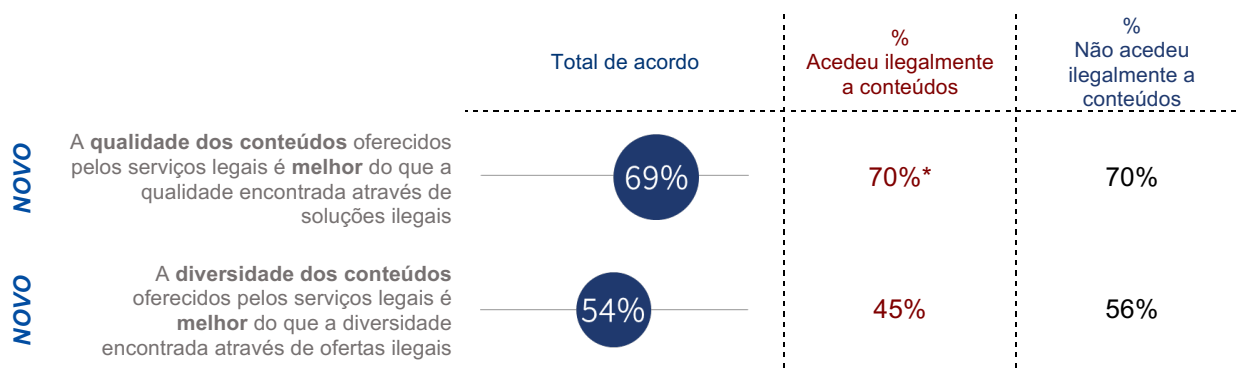
AUMENTA A CONFUSÃO SOBRE O QUE CONSTITUI UMA FONTE LEGAL OU ILEGAL

À semelhança da utilização de fontes legais, também aumentou a tomada de consciência da legalidade do conteúdo em linha; no entanto, parece haver uma maior ambiguidade quanto ao que constitui uma oferta legal ou ilegal. Um total de 24 % dos cidadãos europeus inquiridos questionou se uma fonte era legal ou não, com um aumento de 5 pontos em comparação com o estudo de 2013; e 4 % dos cidadãos europeus inquiridos dizem ter procurado verificar se uma fonte era legal ou não, representando um aumento de 2 pontos.



A QUALIDADE SUPERIOR DAS OFERTAS LEGAIS É RECONHECIDA PELA MAIORIA DOS CIDADÃOS EUROPEUS INQUIRIDOS, MAS É NECESSÁRIO MELHORAR A DIVERSIDADE

Os cidadãos europeus parecem ter uma posição mais clara relativamente à qualidade dos conteúdos oferecidos pelos serviços legais, uma vez que quase 7 em cada 10 inquiridos consideram que os conteúdos disponíveis através dos serviços legais são superiores aos das fontes ilegais. Ainda há espaço para melhorias no que diz respeito à perceção da diversidade do conteúdo oferecido pelos serviços legais, já que 54 % dos cidadãos europeus inquiridos consideram que os serviços legais oferecem conteúdos mais diversos do que os encontrados através de soluções ilegais, embora 27 % discordem.



*Ao somar as pessoas que acederam ilegalmente a conteúdos e as pessoas que não o fizeram, o total não é igual à amostra global da UE, pois 3 % dos cidadãos europeus inquiridos preferiram não responder a esta pergunta. Por essa razão, verifica-se uma diferença entre a percentagem de pessoas que concordam com a afirmação e nota-se esta divisão patente entre os infratores declarados e os não infratores

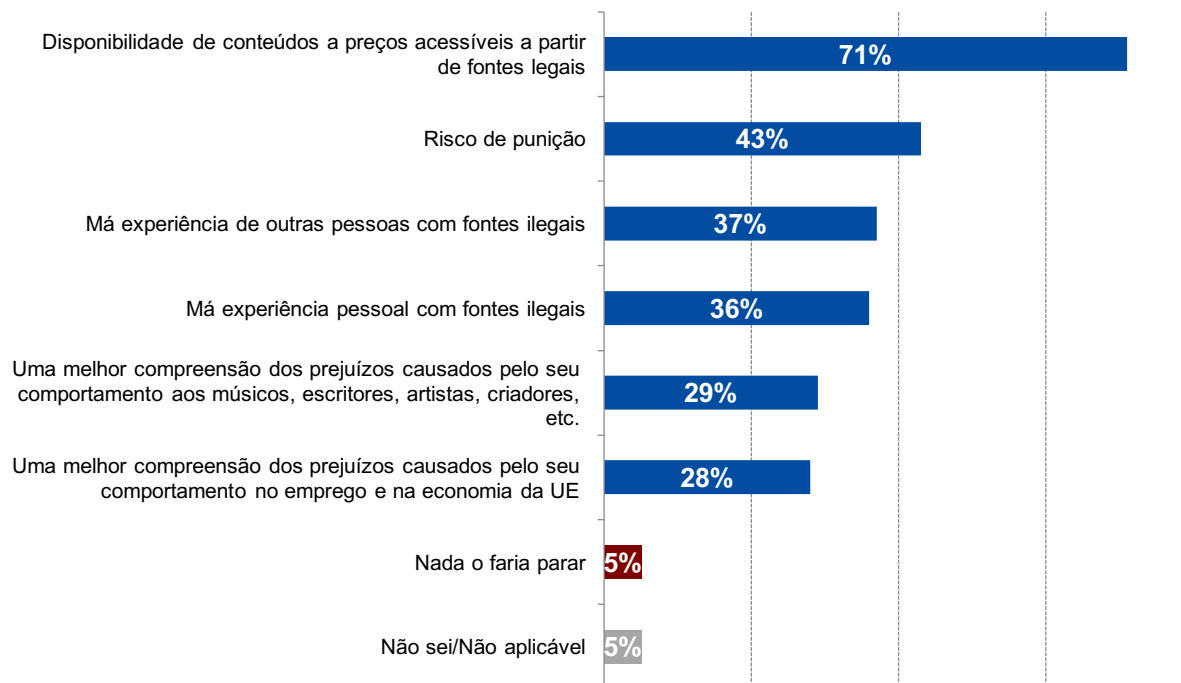
A convicção de que os serviços legais oferecem conteúdos de qualidade superior às fontes ilegais é mais prevalente entre as gerações mais jovens, uma vez que três quartos das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos e entre os 25 e os 39 anos emitiram esta opinião. A geração mais jovem também considera que os serviços legais têm conteúdos mais diversificados do que as opções ilegais, pois 6 em cada 10 dos entrevistados com idades entre 15 e 24 anos expressam essa convicção, enquanto pouco mais de metade dos 25 a 39 anos partilham dessa visão.

A opinião de que as ofertas legais oferecem conteúdos de qualidade superior é partilhada tanto por infratores (70 %) como por não infratores (70 %). Em termos de diversidade de conteúdos, os infratores são os menos propensos a considerar as ofertas legais como superiores às fontes ilegais. Um total de 45 % dos entrevistados que acederam ilegalmente a conteúdos acredita que as plataformas legais têm conteúdos mais diversificados, enquanto 56 % dos não infratores partilham dessa convicção².

A DISPONIBILIDADE DE CONTEÚDOS A PREÇOS ACESSÍVEIS É O MOTIVO PRINCIPAL QUE LEVARIA OS INFRATORES DE DIREITOS DE AUTOR A DEIXAR DE ACEDER A CONTEÚDOS ATRAVÉS DE FONTES ILEGAIS

Entre os entrevistados que admitem usar fontes ilegais para aceder a conteúdos de direitos de autor em linha, o preço e a indisponibilidade prevalecem como o suposto impulsionador de tal comportamento: 71 % dos cidadãos europeus entrevistados mencionam a «disponibilidade de conteúdo a preços acessíveis a partir de fontes legais» como a principal razão que os levaria a deixar de incorrer em comportamentos ilegais. A disponibilidade de conteúdo a preços acessíveis a partir de serviços legais como a principal razão para suspender o comportamento ilegal é mais frequentemente referida pelos entrevistados que se enquadram nas seguintes categorias: entrevistados de 25 a 39 anos (74 %), empregados (76 %), residentes em grandes zonas urbanas (75 %), os mais instruídos (72 %), o que vai ao encontro do perfil de um típico utilizador em linha.

² Esta é uma nova declaração para a Pergunta 7 do inquérito de 2016. Q7: Para cada uma das seguintes afirmações sobre serviços legais que oferecem conteúdos protegidos por direitos autorais e direitos conexos (por exemplo, música, filmes) na Internet, indique se concorda totalmente, tende a concordar, tende a discordar ou discorda totalmente.



Avenida de Europa, 4, E-03008
Alicante, Spain

CIDADÃOS EUROPEUS E PROPRIEDADE INTELECTUAL: PERCEÇÃO, TOMADA DE CONSCIÊNCIA E COMPORTAMENTO

RESUMO

